

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 514.396 - MG (2019/0163403-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : RAFAEL CAMPOS DE SOUZA LIMA
ADVOGADO : RAFAEL CAMPOS DE SOUZA LIMA - MG145946
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GLEISE CRISTINA ALONSO FERRAZ (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. AMEAÇA E DISPARO DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO ABSTRATA. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS QUE JUSTIFIQUEM A PRISÃO CAUTELAR. PARECER DO MPF NO MESMO SENTIDO.

Ordem concedida.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Gleise Cristina Alonso Ferraz**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou a ordem nos autos do HC n. 1.0000.19.045711-9/000.

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante pela suposta prática dos delitos de ameaça e disparo de arma de fogo, prisão essa que foi homologada pelo Juiz plantonista da comarca de São João Del Rei/MG.

Impetrado *Habeas Corpus* na origem, o Tribunal local denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (fls. 109/110):

HABEAS CORPUS – AMEAÇA E DISPARO DE ARMA DE FOGO – LEGÍTIMA DEFESA – EXAME APROFUNDADO DAS PROVAS – NÃO CABIMENTO – PRISÃO DOMICILIAR – PEDIDO NÃO APRECIADO PELO JUÍZO A QUO – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO. 1. A tese de legítima defesa é matéria que demanda aprofundado exame de provas, o que se mostra impróprio na via estreita do Habeas Corpus. 2. Ausente manifestação do Juízo a quo acerca do pedido de concessão de prisão domiciliar, inviável o seu exame, de forma originária, por este e. Tribunal de Justiça, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM CUSTÓDIA PREVENTIVA E PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA INDEFERIDO – DECISÕES FUNDAMENTADAS – PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA – PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CPP – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – INADEQUAÇÃO – CONCESSÃO DO WRIT POR PRESUNÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

– IMPOSSIBILIDADE – PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PRISÃO PROCESSUAL – COMPATIBILIDADE – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. 1. A decisão que converteu a prisão em flagrante da Paciente em custódia preventiva e a que indeferiu o pedido de concessão de liberdade provisória encontram-se devidamente fundamentadas, ancorando-se nos ditames do art. 93, inc. IX, da Constituição Federal, e dos arts. 310, 312 e 313, todos do Código de Processo Penal. 2. A presença nos autos de prova da materialidade e indícios suficientes da autoria dos delitos imputados à Paciente aponta para a necessidade da manutenção da custódia cautelar, especialmente para garantir a ordem pública, nos termos do estatuído no art. 312 do Código de Processo Penal. 3. A prisão preventiva se justifica pela presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, além da aplicação do art. 313, inc. I, do mesmo Diploma Legal, já que os delitos em questão são dolosos e punidos com penas privativas de liberdade máximas cuja soma é superior a quatro (04) anos. 4. As medidas cautelares diversas da prisão preventiva revelam-se inadequadas e insuficientes para resguardar a ordem pública, em face das circunstâncias do caso e da gravidade dos crimes. 5. É impossível fazer ilações sobre a perspectiva de pena in concreto, uma vez que a fixação desta, assim como do regime prisional, decorre da ponderação dos elementos de prova a serem produzidos na instrução criminal e, além disto, esta é uma questão que dependerá da análise completa das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, no momento de prolação da sentença, sendo, portanto, inviável a concessão de Habeas Corpus por presunção. 6. A prisão processual não é incompatível com a presunção de inocência e nem impõe à Paciente uma pena antecipada, porque não deriva do reconhecimento da culpabilidade, mas, sim, de sua periculosidade, seja para a garantia da ordem pública, seja para a futura aplicação da lei penal, razão pela qual não há de se cogitar em violação do mencionado princípio constitucional. 7. A existência de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para autorizar a concessão da liberdade provisória, já que tais condições devem ser analisadas diante do contexto dos autos.

Daí a presente impetração, em que se alega constrangimento ilegal consistente na decretação da prisão cautelar da paciente, sem fundamentação idônea para tanto.

Alega-se, também, que é devida a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, ante a existência de filha com 12 anos de idade.

Postula-se, ao final, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva imposta ou, subsidiariamente, para que seja deferida a prisão domiciliar.

Liminar deferida às fls. 164/166.

Informações prestadas (fls. 173/207 e 215/217).

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem de ofício (fl. 219):

Habeas corpus substitutivo. Disparo de arma de fogo em via pública e ameaça. Prisão preventiva. Gravidade abstrata do delito. Fundamentação inidônea. Flagrante ilegalidade evidenciada. Parecer pelo não conhecimento do habeas corpus e pela concessão da ordem, de ofício.

É o relatório.

Com razão o parecer do Ministério Público Federal, o qual adoto como razões de decidir (fls. 220/223):

[...]

Existe, é certo, a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, a fim de corrigir eventual flagrante ilegalidade, o que é o caso, conforme se passa a analisar.

Consta nos autos que a paciente foi presa em flagrante delito em 27.04.2019 sob a acusação de ter, supostamente, praticado os crimes de disparo de arma de fogo em público, previsto no art. 15 da Lei 10.826/03, e ameaça, previsto no art. 147 do Código Penal.

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes o *fumus comissi delicti*, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o *periculum libertatis*, fundado no risco que o agente, em liberdade, passa criar à ordem pública, à ordem econômica, à instrução criminal e à aplicação da lei penal.

O decreto prisional, contudo, não atende aos requisitos estabelecidos no art. 312 do Código de Processo Penal, não estando em consonância com as regras contidas no artigo 93, IX, da Constituição Federal e no art. 315 do Código de Processo Penal.

Permissa vênua, verifica-se que a r. decisão de preventiva tem por fundamento a gravidade abstrata do delito.

Eis, no que interessa, o seu teor (fl. 59):

Verifica-se que os autuados são domiciliados e residentes em outro Estado da Federação, desconhecendo-se a ocupação e atividades dos mesmos, o que demanda a necessidade de se averiguar as suas condições pessoais, e que deverão ser objeto de análise mais detalhada pelo MM.

Juiz Titular da Vara Criminal desta Comarca, bem assim, a natureza e circunstâncias do delito praticado chamando especial atenção o fato da arma que traziam consigo e utilizada na realização do disparo estar, como constado no exame pericial raspada. O que, a meu ver, evidencia o propósito deliberado de trazerem-na consigo em absoluta situação de ilegalidade.

Nesta esteira, necessário se faz, também investigar quanto motivação e propósito de trazerem consigo o referido armamento, sem autorização para porte, e em absoluta clandestinidade, na medida que, averiguar sua origem.

Soma-se as esses fatos a conduta intimidatória, que resultou na prática dos delitos de ameaça contra as vítimas.

Com estas considerações, sendo certos, na atual fase, os indícios a autoria e a

Superior Tribunal de Justiça

materialidade, com finalidade de se assegurar instrução 312 do CPPB, e por entender que as medidas cautelares diversas da medida extrema (art.282, § 4º do CPPB) afiguram-se insuficientes para a espécie, com arrimo no art.310, II do codex supra referido converto a prisão em flagrante em preventiva.

Embora os autos pudessem revelar elementos para a prisão preventiva da paciente, o ato formal em que se constituiu mencionada decisão, enquanto uma manifestação expressa do Estado, na forma de um provimento judicial, está destituído de fundamentação.

Daí a importância da fundamentação da prisão em dados concretos extraídos dos autos, providência que não se realizou no caso.

Não custa lembrar que desde quando o Estado tomou para si o monopólio da Justiça, a exposição expressa, formal e fundamentada das suas manifestações, em qualquer das suas funções, especialmente a judicial, deve revelar o Direito formal e a Justiça material.

Por esse motivo, um ato do Estado-Juiz sem fundamentação é um “não ato”. Formalmente, há um ato judicial; materialmente, contudo, é destituído de legalidade.

[...]

Sob essas premissas, verifica-se que não se mostra suficiente a fundamentação lançada no decreto preventivo para embasar a prisão.

Nada obstante, afigura-se cabível a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

[...]

Ora, em que pesem as considerações realizadas pelo Juízo de primeiro grau, como anteriormente afirmado e na mesma linha de pensamento do *Parquet* federal, entendo que devem ser mantidas as medidas alternativas à prisão decretadas na decisão anterior, visto que existem medidas alternativas à prisão que melhor se adequam à situação do imputado.

Como afirmei, entendo que a decisão que decretou a preventiva na origem não trouxe fundamentação idônea suficiente que justifique a medida mais gravosa, vez que não foi indicado elemento concreto algum que evidencie a real necessidade da prisão da paciente.

Confira-se a decisão do Juiz (fl. 59):

[...]

De outro lado, verifica-se que os autuados são domiciliados e residentes em outro Estado da Federação, desconhecendo-se a ocupação e atividades dos mesmos, o que demanda a necessidade de se averiguar as suas condições pessoais, e que deverão ser objeto de análise mais detalhada pelo MM. Juiz Titular da Vara Criminal desta Comarca, bem assim, a natureza e circunstâncias do delito praticado chamando especial atenção o fato da arma que traziam consigo e utilizada na realização do disparo estar, como constatado no exame pericial raspada, o que, a meu ver, evidencia o propósito deliberado de

Superior Tribunal de Justiça

trazerem-na consigo em absoluta situação de ilegalidade.

Nesta esteira, necessário se faz, também, investigar quanto motivação e propósito de trazerem consigo o referido armamento, sem autorização para porte, e em absoluta clandestinidade, na medida que, como já frisado, a mesma teve suprimida sua numeração de identificação, desafiando, igualmente, averiguar sua origem.

Soma-se as estes fatos a conduta intimidatória, que resultou na prática dos delitos de ameaça contra as vítimas.

Com estas considerações, sendo certos, na atual fase, os indícios a autoria e da sua materialidade, com a finalidade de se assegurar instrução criminal e efetiva a aplicação da lei penal, resultando convergentes os requisitos contidos no art. 312 do CPPB, e por entender que as medidas cautelares diversas da medida extrema (art. 282, § 4º do CPPB) afiguram-se insuficientes para a espécie, com arrimo no art. 310, II do codex supra referido converto a prisão em flagrante em preventiva.

[...]

Como se vê, o Juiz singular não informou os motivos pelos quais a segregação seria necessária para assegurar a instrução criminal e a aplicação da lei penal, tendo apenas recorrido acerca da materialidade e autoria do delito ao afirmar que o fato de a arma possuir numeração raspada evidencia a situação de absoluta ilegalidade.

À vista do exposto, **concedo** a ordem para substituir a prisão imposta à paciente pelas medidas cautelares previstas no art. 319, IV, V e IX, do Código de Processo Penal, sem prejuízo da aplicação de outras cautelares pela instância *a quo*, ou de decretação da prisão preventiva, em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força das cautelares ou caso haja motivos concretos e supervenientes para tanto.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator